



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2014 (do Sr. Fernando Franciscini)

Requer que seja convidado o Ilmo. Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional, para falar sobre a situação dos repasses para o estado do Paraná pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Senhor Presidente

Requeiro a V. Exa. nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de Audiência Pública com a participação Ilmo. Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional, para falar sobre a situação dos repasses para o estado do Paraná pela Secretaria do Tesouro Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A necessidade de investimentos por parte do Governo Federal nos estados da Federação é um dos temas mais polêmicos e debatidos atualmente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO

entre os órgãos públicos e a população. Entretanto, o que temos acompanhado, na maioria dos casos, é um direcionamento desigual destes recursos, pautado em critérios pouco técnicos e muito políticos.

Na realização deste procedimento, o Governo Federal disponibiliza empréstimos através da Secretaria do Tesouro Nacional.

Ocorre que o Governo do Estado do Paraná não conseguiu tal aval, tendo entrado inclusive com pedido de liminar do Supremo Tribunal Federal para conseguir o feito. Apesar da liminar concedida em favor do estado, ainda assim não foi liberado o valor de R\$ 817 milhões de reais, através do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e do Distrito Federal – Proinvest, que foi criado em 2012 pelo Governo Federal.

Imperioso dizer que aquele montante do qual foi negado seria investido na Segurança Pública do estado.

Vale destacar, ainda, que tal recusa fora inclusive noticiada na imprensa estadual, conforme podemos observar abaixo matéria do jornal gazeta do Povo, publicada em 28/02/2014 sob o título **Governo do Paraná pressiona STN para liberar empréstimo de R\$ 817 mi:**



O ministro do STF Marco Aurélio Mello é o relator da liminar do governo do estado. Não há previsão de quando o novo pedido será julgado

EMPRÉSTIMO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO

[Governo do PR pressiona STN para liberar empréstimo de R\\$ 817 mi](#)

A Procuradoria-Geral do Estado recorreu novamente ao Supremo Tribunal Federal nesta quinta-feira (27) para pedir o cumprimento da liminar que autoriza o empréstimo, que está sob análise da Secretaria do Tesouro Nacional

28/02/2014 | 19:22 | [FÁBIO CHERUBINI](#)

A **Procuradoria-Geral do Paraná** (PGE-PR) entrou nesta quinta-feira (27) com um pedido de cumprimento de [liminar concedida no dia 12 de fevereiro pelo Supremo Tribunal Federal](#) (STF) para a liberação de um empréstimo de R\$ 817 milhões. O valor tem como origem o Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (**Proinveste**), criado pelo Governo Federal em 2012. A informação foi confirmada pela assessoria de imprensa do governador **Beto Richa** (PSDB), que está de folga até o dia 7 de março. Segundo a assessoria, não há previsão de quando o pedido seja julgado pelo relator do caso, o ministro **Marco Aurélio Mello**.

Na liminar concedida no último dia 12, o ministro havia assegurado a liberação do dinheiro ao estado, que vinha sendo barrada pela **Secretaria do Tesouro Nacional** (STN) sob a alegação de que o Paraná apresentava gastos acima do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O empréstimo é concedido por meio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal.

Segundo o secretário do Escritório da Representação do Paraná, **Amauri Escudero**, o ministro da Casa Civil, **Aloizio Mercadante**, garantiu a Richa na última segunda-feira (24) que conversaria com a presidente, **Dilma Rousseff**, sobre a liberação do valor. Entretanto, até esta sexta a STN informava por meio da sua página oficial que "aguardava informações" para a liberação do dinheiro. Ainda não há previsão de quando o empréstimo possa ser repassado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO

Para o secretário, a não liberação do valor possui um viés político, já que para ser aprovado ele precisa passar pela Casa Civil, que até o início deste ano era comandada pela pré-candidata do PT ao governo do estado, **Gleisi Hoffmann**. Outro personagem que dificultou a liberação foi o ex-governador e atual senador **Roberto Requião**. Em janeiro, Requião encaminhou à STN e ao Ministério Público Estadual e Federal a denúncia de que o governo [descumprira a Lei de Responsabilidade Fiscal \(LRF\) referente aos gastos com o pagamento de inativos](#).

Relembre o caso

O Proinveste foi lançado em julho de 2012 para contribuir com as contas dos estados durante a crise financeira mundial do mesmo ano. Ao todo, o governo federal ofereceu R\$ 20 bilhões em financiamento e a vigência da linha de crédito foi até o dia 30 de setembro de 2013. No entanto, desde o lançamento do programa, o Paraná foi o único estado que não recebeu o repasse, conforme [matéria publicada na Gazeta do Povo no dia 31 de outubro](#) do ano passado.

Na ocasião, o governo do Paraná solicitou a prorrogação do prazo ao Conselho Monetário Nacional (CNM), [que foi concedido até o dia 31 de dezembro do mesmo ano](#). Sem uma resposta da STN sobre a liberação do valor, a PGE entrou com uma ação no STF para garantir a liberação, que foi aprovada pelo ministro Marco Aurélio Mello.

Com o dinheiro, o governo planeja destinar R\$ 430,6 milhões para obras em estradas, R\$ 186,4 milhões para segurança pública e R\$ 200 milhões para a capitalização do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

Diante do exposto, a audiência pública que ora requeremos é de fundamental importância para o devido esclarecimento dos fatos e do não



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO

cumprimento da decisão judicial, além, de podermos entender melhor os critérios adotados pela Secretaria do Tesouro Nacional, vez que a Segurança Pública do Estado do Paraná está sendo prejudicada diante da negativa.

Sala das Sessões, em de de 2014

Dep. FERNANDO FRANCISCHINI
Líder do Solidariedade